

Ata da 59ª Reunião Ordinária, conjunta com a 32ª Reunião Plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequena Porte do Estado do Paraná – FOPEME

Data: 15 de outubro de 2024

Horário: 14h00

Local: Sala 1 do SEBRAE/PR

Endereço: Rua Cyro Vellozo, 59, Prado Velho, Curitiba/PR.

Participantes: Integrantes do FOPEME, conforme lista de presença.

Assuntos Tratados:

- Apresentação dos resultados alcançados pelos comitês Temáticos;
- Indicação de temas para discussão e implementação de políticas públicas e privadas para o próximo semestre;
- Aprovação das Ações do Painel de Gestão de 2024 realizadas no segundo semestre;
- Aprovação das ações pactuadas para o primeiro semestre de 2025.

Abertura

A reunião foi aberta com as palavras do Diretor Carlos Henrique de Assis, que destacou a importância da contribuição do fórum para os novos gestores municipais, especialmente no que diz respeito ao apoio às micro e pequenas empresas. Ele mencionou que o fórum tem a oportunidade de propor iniciativas relevantes que podem ser encaminhadas para as gestões municipais.

Carlos também cumprimentou Salete Horst, Secretária de Fazenda de Foz do Iguaçu e Coordenadora do Comitê Gestor de Desenvolvimento Municipal, enaltecendo seu trabalho de destaque, que transformou o município em uma referência nacional em gestão pública.

CT2 - Acesso a Mercados

Coordenadores de Governo: Titular: Wellington Dias de Paula – SEAP e Suplente: Cleverson Neri – SEAP

Coordenadora da Iniciativa Privada: Titular: Adriana Cordeiro– FEMPIPAR

Consultora do SEBRAE/PR: Juliana Schvenger – SEBRAE

Adriana Cordeiro falou sobre a retomada do Grupo de Trabalho GT COMEX, de Comércio Exterior no estado do Paraná, abordando as dificuldades das microempresas para exportação. Ela convidou outras instituições a participarem do levantamento dessas dificuldades e de futuras ações, como uma visita técnica ao Porto de Paranaguá. A iniciativa busca consolidar parcerias e promover atividades em 2025 para facilitar o acesso ao comércio exterior para pequenos empreendedores.

Michele, dos Correios, complementou a fala de Adriana, mencionando o evento dos Correios marcado para o dia 29 de outubro de 2024, voltado para clientes de e-commerce e focado na Black Friday. Ela colocou à disposição informações sobre os serviços dos Correios e o apoio ao comércio exterior.

Cleverson, iniciou a apresentação na condução e apresentação detalhada do CT2. Ele, trouxe atualizações sobre a parceria prevista em 2025 com o Tribunal de Contas e o Ministério Público em relação ao Pacto II com o TCE-PR.

Falou também da importância de integrar ferramentas para facilitar o acesso dos fornecedores às compras públicas no Paraná. Com isso foi proposto definir KPIS ("Key Performance Indicators" - Indicador Chave de Desempenho) e OKRS ("Objective Key Results" - Objetivos e Resultados Chave), para aumentar a representatividades das MPEs nas licitações municipais.

Comentado sobre a produção da cartilha online, que é um grande passo, estruturando ações locais e territoriais, com os escritórios de compras, os sistemas de gestão de atendimento, aumentando a divulgação de oportunidades e capacitação para os empresários, promovendo a abertura de novos espaços nos municípios e fortalecendo o associativismo.

A entrega prevista para o ciclo atual é de 400 acessos das MPEs à Cartilha online contendo as principais ações e oportunidades locais e territoriais, prevista para ser concluída ainda em 2024.

O catálogo de fornecedores e materiais, assim como a possibilidade de utilizar o painel de oportunidades, são ótimas iniciativas para engajar ainda mais os municípios e facilitar o acesso a licitações e editais. A proposta de indicadores com metas claras, incluindo a representatividade de mulheres à frente de empresas, é uma excelente abordagem de inclusão e diversificação.

Agora, a continuação desse trabalho vai depender muito do apoio de todos os envolvidos, principalmente para manter as ferramentas atualizadas e acessíveis. Com a integração de todos esses esforços, o impacto será significativo para os empreendedores locais.

Após as apresentações, foram abertas perguntas e sugestões. Carlos Henrique sugeriu que o painel de oportunidades fosse alimentado com conteúdo como a cartilha de compras públicas e consultas por região. As propostas foram votadas e aprovadas para inclusão no painel.

CT4 - Investimento, Financiamento e Crédito

Coordenadores de Governo: Titulares: Jonny Stica e Luciano Martins de Oliveira – FOMENTO e Suplente: Thais Paola Grandi - BRDE

Coordenadores da Iniciativa Privada: Titular: Marco Antonio Bueno da Rocha – FAMPEPAR e Suplente: Claudia dos Santos – FAMPEPAR

Consultor do SEBRAE/PR: Amberson Bezerra da Silva

Marcos Rocha destacou a importância de acesso ao crédito para micro e pequenas empresas. Ele mencionou que o Paraná é referência em oferecer garantias públicas, com uso de fundos como FGI e FAG, que facilitam o acesso ao crédito. Falou também sobre a participação ativa do Sebrae em capacitar pequenos empresários, especialmente por meio de cursos que proporcionam benefícios no momento da solicitação de crédito

Este relato sobre acesso ao crédito, com foco em micro e pequenas empresas, e com uma ênfase no trabalho que vem sendo desenvolvido por instituições como Fomento Paraná e o BRDE. As falas destacam desafios como a oferta de garantias, capacitação empresarial, renegociação de crédito, e o papel dos fundos garantidores para facilitar o acesso ao crédito.

Há um reconhecimento do sucesso nas iniciativas existentes, como a capilaridade das operações de microcrédito e a criação de ferramentas como o Mais Finanças, para ajudar empreendedores a entenderem seu potencial de crédito. Além disso, é mencionado um projeto piloto do BRDE, que busca viabilizar crédito até 200 mil reais, utilizando fundos garantidores para minimizar os riscos e facilitar o acesso de pequenas empresas.

Existe também uma preocupação com o impacto das trocas de gestores municipais e a necessidade de manter as parcerias com prefeituras, fundamentais para a execução das políticas de microcrédito, especialmente em um cenário eleitoral que pode trazer incertezas.

O foco em colaboração entre instituições, tanto estaduais quanto municipais, aparece como uma estratégia chave para ampliar o impacto das ações de fomento ao crédito e desenvolvimento econômico.

Assim, apresenta uma série de reflexões e ações estratégicas para facilitar o acesso ao crédito, principalmente para micro e pequenas empresas, com a participação de várias instituições, como o Sebrae, BRDE, Fomento Paraná, entre outras. O ponto principal destacado é a necessidade de uma política pública de crédito acessível e sustentável, especialmente diante das altas taxas de juros enfrentadas por pequenos empresários.

Luciano Martins comentou, que entre as propostas mencionadas estão a ampliação de microcrédito, a busca por plataformas mais eficientes e rápidas para aprovações, além da colaboração com parceiros locais e prefeituras, um desafio por trocas políticas e de gestão, especialmente em anos eleitorais. Também se destaca o uso de fundos garantidores como uma solução para a falta de garantias, além do foco na capacitação e orientação financeira, especialmente voltada ao empreendedorismo feminino.

Um aspecto crucial abordado é a conscientização sobre o impacto do endividamento, com o objetivo de oferecer não apenas crédito, mas também a correta orientação para que o empresário saiba quando e como tomar decisões financeiras mais seguras. Além disso, a importância de campanhas de renegociação e flexibilização de prazos, que ainda não refletem de forma significativa no dia a dia dos empresários, também é ressaltada.

Reforça também a necessidade de integração entre diversas instituições, buscando uma estrutura de apoio mais eficiente para o empreendedorismo, com atenção especial ao microcrédito e às pequenas empresas, que sofrem com taxas de juros elevadas e falta de garantias.

Dessa forma, se discutiu uma série de iniciativas e desafios relacionados ao apoio a micro e pequenas empresas (MPEs) por meio de antecipação de recebíveis e melhoria nas condições de crédito. Há também a consideração de um painel de oportunidades que poderia incluir ferramentas inovadoras, como a da NASA, e outras iniciativas para apoiar empreendedores, especialmente mulheres.

Alguns pontos principais:

1. **Antecipação de Recebíveis para MPEs:** Uma sugestão foi apresentada para que as MPEs tenham acesso à antecipação de recebíveis em contratos de licitação. A ideia é similar ao que existe no governo federal com o portal *antecipa.gov.br*, mas aplicado em uma escala estadual ou municipal, talvez através de parcerias com bancos públicos ou cooperativas de crédito. A ideia é criar uma legislação ou programa para facilitar essa antecipação.
2. **Incentivo às Compras Públicas:** Também foi discutida a possibilidade de facilitar a participação das MPEs em compras públicas. A proposta envolve incentivar e melhorar o fluxo de caixa das MPEs ao receber mais rapidamente por serviços prestados ao governo, com um decreto ou política pública que acelere o pagamento.
3. **Soluções de Crédito e Garantias:** A discussão abrangeu a importância de melhorar as condições de crédito para as MPEs vencedoras de licitações, possivelmente com a flexibilização de notas de crédito ou utilização de garantias, como o *Aval Garantidor*. Além disso, a atuação de cooperativas de crédito, como a *Garante Oeste*, foi mencionada como uma solução viável.

4. Parcerias e Painel de Oportunidades: A proposta é levar essas sugestões para o painel de oportunidades, com envolvimento de bancos como Banco do Brasil e Caixa Econômica, além de discutir mais sobre o informativo *Saber*, que apresenta um retrato do crédito no Paraná.

Há um forte foco em melhorar o apoio financeiro e o fluxo de caixa para MPEs que prestam serviços públicos, com o objetivo de reduzir os desafios de capital de giro e facilitar o acesso a crédito.

A fala do coordenador Jonny Stica, complementa a discussão sobre a implementação de uma linha de crédito voltada às compras públicas, destacando que o compromisso de apresentar essa ação na reunião anterior não foi cumprido devido à ausência de validação do presidente Vinícius, que estava em viagem. No entanto, a proposta está pronta, com o estudo desenvolvido, aguardando apenas essa validação final.

Pontos principais da fala do coordenador, Jonny Stica

1. Implementação de Crédito para Compras Públicas: Foi proposta a criação de uma linha de crédito voltada às empresas que participam de compras públicas municipais. A ideia é assimilar os recebíveis desses contratos na matriz de análise de crédito da Fomento Paraná, para melhorar a nota de crédito das empresas e facilitar o acesso a capital de giro ou investimento.
2. Validação e Meta: Apesar de estar pronta, a proposta ainda precisa ser validada pelo presidente Vinícius e discutida com o governo estadual, o controlador majoritário. A meta é realizar o estudo e, depois, divulgar e discutir seus resultados, buscando consonância com prefeituras e outros envolvidos, como o Fopeme.
3. Aprovação da Proposta: O grupo aprovou a demanda para seguir com o estudo, e houve consenso de que esse estudo será discutido nas próximas reuniões, após a validação com o presidente e o governo do Estado.

Próximos Passos: O estudo será trazido para uma próxima reunião após validação, e a implementação da linha ou condições diferenciadas de crédito voltadas às compras públicas será analisada em conjunto com os demais parceiros.

Rubens mencionou que várias ações de fomento à inovação foram concluídas com sucesso, como o edital para ambientes promotores de inovação e eventos como o Imbix e a Semana Estadual de Ciência e Tecnologia, que reuniu um grande público em Maringá. A Semana de Inovação, prevista para a semana seguinte, também está sendo mobilizada em todo o Estado.

Thais do BRDE comentou a ação de ter uma plataforma de acesso a Crédito simplificado, para ampliar a contratação de financiamentos de micro e pequenas empresas de tickets inferiores com flexibilização de garantias e ter 50 contratos aprovados em 2025.

A fala final toca na importância da renovação e adaptação contínua às necessidades dos empresários e ao cenário político.

A reunião foi finalizada com agradecimentos aos participantes, especialmente ao Sebrae pelo apoio contínuo, e com menção ao próximo encontro para dar continuidade às ações discutidas.

CT3 - Tecnologia e Inovação

Coordenador de Governo: Titular: Marcos Pelegrina.

Consultor do SEBRAE/PR: Rubens Palma

Alan Alex Devos, consultor do SEBRAE, está substituindo Michael Douglas no CT e começará a atuar efetivamente a partir de novembro, após um período de férias.

Rubens, que está temporariamente representando o Alan, conduziu a reunião, em que várias ações do comitê foram discutidas e apresentadas. Um ponto destacado foi a conclusão do edital de fomento para os Ambientes Promotores de Inovação, que superou as expectativas, e a participação em eventos como o de Ponta Grossa, que reuniu 2 mil pessoas em uma cidade que anteriormente não sediava eventos de inovação.

A Semana Estadual de Ciência e Tecnologia, realizada em Maringá, atraiu 38 mil pessoas. Fabrício e Marcela, da SEI, fazem parte da coordenação e estão envolvidos na

organização da Semana de Inovação, que ocorrerá de 16 a 22 de outubro, incluindo eventos como o Agênios Com, no Norte Pioneiro, e a Rota da Inovação, promovendo caravanas para ambientes de inovação em cidades de diversos portes. Além disso, o Pacto pela Inovação será formalizado em 2025, após as eleições municipais.

Marcos Pelegrina comentou que diversas ações incluem a ampliação dos Ambientes Promotores de Inovação no Estado, que devem passar de 500 ambientes, e a realização do evento Pint of Science no dia 21, em parceria com universidades estaduais e federais. O encerramento da semana, no dia 22, contará com a instalação da governança do ecossistema de inovação do Paraná, reunindo várias instituições de ensino e públicas.

Na área de legislação, mencionou pontos sobre o Marco Legal da Inovação e a Lei 14.133, que tratam de temas como encomendas tecnológicas e compras públicas, com foco na conectividade rural e na implementação de soluções tecnológicas pelo Estado.

Editais e Apoio à Inovação: Além disso, falou do lançamento de editais de subvenção, como o *Anjo Inovador*, que oferece até R\$ 250 mil para startups em fase de crescimento, e o novo edital *Impulso Inovador*, com R\$ 40 mil por startup em fase de ideação. Também foi sugerido um novo edital para apoiar eventos de inovação, que serão fundamentais para incentivar a geração de negócios e novas tecnologias no Estado.

Ressaltou que todos os que acessaram o edital do Anjo Inovador são Micro e Pequenas Empresas, do Anjo 1. O Anjo 1 tinha 80 vagas e 100 concorrendo. Hoje, efetivamente, são 57 que estão se utilizando até os 250 mil por empresa.

Para o Anjo 2, tem 600 inscritos, dos quais 80 vão ser selecionados e todos são micro pequenas empresas.

A ideia é ter o Anjo 3 já no início do ano também.

Vai ser lançado em dezembro, o Impulso Inovador, até a proposição e ser contemplado pode ser o pesquisador, a pessoa que está na pessoa física, alguém que está trabalhando com alguma patente e assim por diante. Ele sendo contemplado, é prerrogativa que ele abra uma empresa. A gente não vai investir em pessoa física.

Então, a parceria, inclusive, do Sebrae, para ter realmente o bom andamento, como é a parceria que a gente está construindo hoje com o Sebrae, o Padilha que está liderando isso aqui dentro, é justamente a ideia de poder trazer a pauta da micro e pequena empresa para dentro da questão da inovação. Essa até é uma provocação que o presidente Ercílio fez há um tempo, que a gente conversou. Olhando para os municípios também, esse pacto pela inovação, já trazendo aqui de antemão, qual é a ideia principalmente? É que o município se prepare minimamente e o Sebrae, nessa parceria que a gente está construindo, é um contrato para dois anos de quase 40 milhões, para a previsão para o ano que vem de investir a secretaria, a SEI, com algumas outras iniciativas, desenvolveram outras secretarias, 25 milhões para que o Sebrae possa fazer uma série de ações junto com a secretaria.

Isso vai caminhar para a PGE, se tudo der certo essa semana ou na próxima. E, em 2026, mais 15 milhões. E, dentro do escopo da proposta, tem ali a questão de educação, levando a inovação, tem a questão da governança, nos modos até, inclusive, que o FOPEME faz aqui de uma forma brilhante, tem a questão da inovação, olhando os municípios, que é ir para o município, para chegar na micro e pequena empresa, se ele não tiver fundo de inovação, se ele não tiver a lei de inovação, se ele não tiver o fundo de inovação e não tiver o conselho para o fundo, nós não temos como fazer repasse de dinheiro fundo a fundo, o que seria uma grande sacada, uma grande saída para que o município invista em inovação.

Sobre a nova ação, comentou que está previsto formar profissionais especializados para atuarem juntos aos Núcleos de Inovação Tecnológica nas sedes da AGEUNI, por meio de Edital, concedendo 50 bolsas para formação de profissionais especializados nas Universidades Estaduais, com duração de 24 meses. A ação iniciará imediatamente, com previsão de conclusão no final de 2026.

CT1 - Racionalização Legal e Burocrática

Coordenadores de Governo: Titular: Carlos Henrique de Assis – SEIC e Suplente: Sebastião Motta - JUCEPAR

Coordenadores da Iniciativa Privada: Titular: Jovane dos Santos Borges – CONAMPE e Suplente: Ercílio Santinoni – CONAMPE

Consultor do SEBRAE/PR: Rubens Leandro Palma Filho

O coordenador de governo Srº Carlos Henrique de Assis, levanta questões essenciais sobre o desenvolvimento de políticas públicas no Paraná, com foco em simplificação de processos para micro e pequenas empresas. Vou destacar alguns postos-chave que foram debatidos:

1. Política Estadual como Base para a Nacional: A importância de alinhar a política estadual à nacional, garantindo que todos os indicadores sejam levantados para medir os impactos e a eficácia das políticas públicas para microempresas. Isso requer uma coordenação ativa entre os níveis de governo.
2. Lei 163: A necessidade de aprovar a alteração da Lei 163, o Estatuto da Micro e Pequena Empresa do Paraná, foi mencionada como fundamental para manter a estrutura atual e não perder o histórico e a força do estatuto estadual. Ao invés de criar uma lei, a proposta é modificar a existente.
3. Subcomitê CGSIM: Existe uma reivindicação para que o governo estadual volte a reunir o subcomitê do CGSIM, criado há seis ou sete anos, mas que não tem se reunido. Isso é essencial para a simplificação de processos de licenciamento.
4. Adesão ao Decreto de Baixo Risco: Foi debatido que os municípios precisam aderir ao Decreto 3434, que simplifica licenças para atividades de baixo risco. O risco de novos prefeitos não darem continuidade a essa política foi mencionado, reforçando a necessidade de promover adesão formal por meio de decretos ou leis municipais.
5. Descomplica Paraná e Empresa Fácil: A ampliação do programa Descomplica Paraná e do sistema Empresa Fácil foi discutida, incluindo a possibilidade de renovação de licenças diretamente na plataforma, o que facilitaria o processo para os empresários e traria maior eficiência para os órgãos licenciadores.

Essas ações visam modernizar e desburocratizar o ambiente de negócios no Paraná, promovendo um ambiente mais favorável para o crescimento das micro e pequenas empresas.

A discussão sobre a automação dos processos municipais para abertura de empresas e a simplificação das consultas de viabilidade destaca o esforço contínuo em modernizar e agilizar o ambiente de negócios no Paraná, como:

Painel de Indicadores: A proposta de criar um painel de indicadores, em parceria com o SEBRAE, para acompanhar desde a demanda até a aprovação e impacto das ações no Fopeme. Isso seria uma ferramenta estratégica para monitorar a eficácia das iniciativas.

Automatização dos Municípios: Um dos maiores gargalos no processo de abertura de empresas é a consulta de viabilidade locacional. A proposta de automatizar esse processo dentro dos municípios foi levantada como uma prioridade. Atualmente, muitos municípios ainda dependem de processos manuais, o que atrasa a abertura de empresas. Com a automação, o tempo de viabilidade pode ser drasticamente reduzido.

Experiência Positiva em Municípios: Exemplos de municípios como Foz do Iguaçu, que automatizaram o processo e reduzem o tempo de abertura para duas horas, e Curitiba, que consegue fazer em 20 minutos, demonstram o potencial da automação. A meta é que mais municípios sigam esse modelo e, com o suporte financeiro e técnico disponível, a implementação dessas melhorias pode ser acelerada.

Parceria com o SEBRAE: O SEBRAE foi citado como um parceiro essencial, devido à sua capilaridade e capacidade de sensibilizar os municípios para aderirem às mudanças. O SEBRAE ajudará na implementação das regras de consulta de viabilidade nos sistemas automatizados, facilitando a adaptação dos municípios ao novo modelo.

Prazo para Implementação: O objetivo é alcançar uma automação mais ampla e eficiente até 2027, com a priorização de municípios de maior impacto. Essa escala

gradual permitirá que as melhorias sejam implementadas de forma estratégica e que os municípios possam se adaptar ao novo sistema.

Essa jornada de simplificação com o programa Descomplica Paraná visa não só modernizar a abertura de empresas, mas também fortalecer o desenvolvimento econômico local ao reduzir a burocracia e aumentar a eficiência dos serviços públicos.

A votação para expandir os serviços até quatro órgãos estaduais foi aprovada, com o objetivo de fomentar a integração dos sistemas e otimizar os processos, principalmente no que tange à automação da consulta prévia e outras demandas. A seguir, os pontos-chave da discussão:

1. **Meta de Expansão para Quatro Órgãos Estaduais:** A proposta de expandir os serviços para até quatro órgãos estaduais foi colocada em votação e aprovada. A ideia é integrar processos entre diferentes órgãos, como Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, para facilitar a troca de informações e a fiscalização de empresas. Essa meta de quatro órgãos foi considerada ambiciosa, mas possível, dado o cenário de dificuldades em outras metas já estabelecidas.
2. **Peculiaridades de Cada Órgão:** Foi enfatizado que, apesar de alguns sistemas compartilharem dados comuns, cada órgão tem suas próprias especificidades, o que dificulta uma solução única. Por exemplo, o controle de armamentos da Polícia Civil ou o banco de dados de fiscalização são peculiaridades que não se adequam perfeitamente ao sistema Empresa Fácil, necessitando de integrações específicas.
3. **Integração via Redesim:** O foco será na integração dos sistemas com a Redesim, onde as informações necessárias para a abertura de empresas, como chaveiros, serão transmitidas diretamente para os sistemas relevantes dos órgãos envolvidos (ex.: Polícia Civil e Bombeiros). Essa integração otimiza o fluxo de informações e facilita a fiscalização.
4. **Desafios no Desenvolvimento de Sistemas:** Um ponto levantado foi a complexidade do desenvolvimento de sistemas específicos para atender as demandas dos diferentes órgãos. Mesmo com recursos financeiros disponíveis, como mencionado pelo representante da ADAPAR, o desenvolvimento de soluções para atender a peculiaridade de cada órgão não é simples e requer tempo e esforço de desenvolvimento técnico.

5. Automatização da Consulta Prévia até 2027: A meta para a automação do processo de consulta prévia em 200 municípios até 2027 também foi reafirmada. Até a metade de 2026, espera-se alcançar uma boa parte dessa meta, avançando na simplificação e automação dos processos de abertura de empresas em nível municipal.

A aprovação dessa proposta reflete o compromisso de melhorar a eficiência dos serviços públicos através da automação e integração de sistemas, com o apoio e colaboração de diversos órgãos estaduais e entidades.

CT5 - Educação, Formação e Capacitação Empreendedora

Coordenadores de Governo: Luiz Paulo Ribeiro – Diretor da SETR, representando a coordenadora Suelen Glinski e Suplente: Ronald Marcio de Lima - SEAP

Consultoras do SEBRAE/PR: Rosangela Angonese e Marina de Souza Bastos

A apresentação de Luiz Paulo Ribeiro trouxe atualizações importantes sobre o desenvolvimento do projeto de qualificação promovido pela Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda, em parceria com FOPEME e instituições como SENAC, SENAI e SESI. Aqui estão os principais pontos abordados:

1. Representação e Equipe: Luiz Paulo se apresentou como diretor de Pesquisa e Qualificação, representando o secretário Mauro Moraes e sua equipe técnica, Suelen Glinski e Amanda Corrêa, que não puderam comparecer.
2. Termo de Cooperação Técnica: A Secretaria do Trabalho mantém um termo de cooperação técnica com a FOPEME e instituições formadoras (SENAC, SENAI e SESI) para promover a qualificação profissional.
3. Histórico e Planejamento: O projeto de qualificação foi iniciado em 2022 e está em execução até 2025. Um replanejamento para os anos de 2024 e 2025 foi realizado com base no desempenho dos anos anteriores.

4. Vagas Disponíveis: Para 2024, está previsto um total de 5.050 vagas para qualificação, aperfeiçoamento e capacitação profissional, além de 500 vagas para a educação de jovens e adultos oferecidas pelo SESI.
5. Resultados de 2022 e 2023:
 - SENAC: Já foram executadas 2.089 das 2.300 vagas ofertadas.
 - SESI: Cumpridas as 500 vagas para educação de jovens e adultos.
 - Qualificação Profissional: Até o momento, foram realizadas aproximadamente 800 matrículas das 2.250 vagas ofertadas para este ano em cursos de aperfeiçoamento e capacitação.
6. Integração com Agências do Trabalhador: A secretaria opera 12 escritórios regionais do trabalho, com 216 agências do trabalhador, responsáveis por captar vagas na Rede Cine, que conecta oportunidades de emprego aos cidadãos.
7. Dados e Informações: Luiz Paulo mencionou que já enviou dados sobre o projeto Mais Qualificação para Sueli, que os repassará aos demais interessados, como Silvana e Paulo.

Luiz Paulo Ribeiro compartilhou informações sobre as iniciativas da Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda em parceria com o Ministério do Trabalho, focando em empregabilidade e capacitação profissional. Aqui estão os pontos principais discutidos:

1. Parceria com o Ministério do Trabalho: A Secretaria atua na intermediação de mão de obra e seguro-desemprego, utilizando as agências do trabalhador como principais aliadas na operacionalização dos cursos de qualificação.
2. Empreendedores da Beleza: O único projeto voltado ao empreendedorismo é o "Empreendedores da Beleza", uma parceria com a Fundação Boticário, o Gabinete da Primeira Dama e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Família (CDEF). O projeto atende 29 municípios na região metropolitana de Curitiba, oferecendo cursos em formato EAD, híbrido e presencial.
3. Seminário Temático do Trabalho: A Secretaria está organizando o primeiro seminário temático, previsto para o dia 26 de novembro de 2024, das 8h às 17h. Este evento contará com a participação de diversos parceiros, incluindo a Escola de Gestão do Estado, FIEP, FEComércio e SEBRAE, e abordará temas como competências profissionais, tendências de consumo e a importância da qualificação.